

## A demanda de competências no serviço público

ÓRGÃO de predicação dos bons métodos administrativos e instrumento de cultura do Serviço Civil Brasileiro, esta revista naturalmente empreende, realiza e estimula campanhas de idéias em favor da capacitação do serviço público para o desempenho ordenado, harmonioso e eficiente de suas árduas tarefas. Em nossos editoriais e notas, bem como no corpo de artigos solicitados a colaboradores pela direção da revista, frequentemente apontamos o fato de que administração pública hoje é um domínio de profissionais autênticos, portanto infenso aos amadores, e encarecemos a conveniência de se acelerar a formação de grupos mais e mais numerosos de técnicos para lotar os seus órgãos e serviços. Não será ocioso, pois, que continuemos a focalizar o tema, sabido que a repetição é a regra número um da propaganda.

A presença de especialistas nos diferentes setores da administração pública é exigida pelos mais urgentes e importantes interesses da coletividade. Tem, assim, um caráter de fatalidade sociológica, em face da qual nada valem as prevenções contra a instituição do governo e o serviço público, nem os sentimentos individualistas, nem os resíduos dos ideais fisiocráticos cristalizados na expressão "laissez faire", hoje simbólica e vazia de conteúdo social.

Conforme acentuou tão enfaticamente o sociólogo americano ERNEST GRIFFITH, autor desse livro de leitura difícil, mas proporcionalmente útil ao observador dos fenômenos sociais, que é o "Estado Moderno em Ação", a imperiosa demanda de competências genuínas no serviço público resulta de duas causas, a saber: a procura crescente, por parte do povo, da intervenção governamental e a natureza eminentemente técnica e especializada dos problemas em que essa intervenção se efetiva.

Com efeito, a demanda da intervenção do Estado é geral e constante, por vezes febril. O observador da dinâmica social moderna registra ecos dessa demanda por toda parte: nas colunas de queixas e reclamações, nas conversas familiares, nos discursos dos reformadores, nas arengas dos tradicionalistas, nos conselhos técnicos, nos editoriais da imprensa. Em todas as ocasiões em que a palavra falada ou escrita manifesta uma parcela do sentimento coletivo, surge um pedido ou um desejo de intervenção do Estado, a favor de alguma coisa ou contra alguma coisa.

Se alguém coligir e relacionar essas aspirações coletivas ou de grupos, manifestadas no curso de uma quinzena, verá que a intervenção do Estado é preconizada, prescrita, reclamada e pedida pelos mais diferentes grupos. Aqui são os plantadores de algodão que pedem ao governo um reajustamento, para cima, — já se vê — do preço de seu produto; ali, as donas de casa que reclamam providências drásticas e imediatas contra os intermediários insaciáveis; mais adiante, os médicos que reclamam melhores

honorários; hoje entram em cena os industriais de tecidos, que desejam tôdas as facilidades possíveis para a exportação de seus produtos enquanto os mercados estrangeiros os estão pagando a péso de ouro; amanhã percorrem as redações dos jornais os produtores de leite e derivados, alegando que os preços atuais não compensam os seus trabalhos e canseiras. E assim por diante, indefinidamente.

Ao lado desses movimentos de idéias propícios aos interesses de grupos econômicos especializados, ocorre também, incessantemente, uma pregação mais altruísta em favor de grupos desintegrados, como os consumidores e os inquilinos, ou muito vulneráveis, como os trabalhadores rurais, ou em favor da clientela do governo considerada em massa, isto é, em favor do público. Tôdas essas correntes de idéias advogam ou intensificação ou alargamento da intervenção do Estado.

E como os problemas de fixar o preço do algodão, de regular as trocas cambiais, de combater a voracidade de intermediários e senhorios, de estender o seguro social aos trabalhadores rurais, de conciliar os interesses dos produtores de leite e derivados com os do público, de atender aos reclamos dos industriais de tecidos até onde não colidam com os interesses do consumidor nacional — como todos esses problemas são eminentemente técnicos, exigindo conhecimento e experiência específicos, os órgãos públicos necessitam inexoravelmente de profissionais do mais alto teor.

Na administração pública de nossos dias não há lugar para os amadores nem para as meias competências. E' por isso que um dos deveres imperiosos dos governos atuais consiste em formar, selecionar e treinar, para o serviço público, aquela adequada espécie de homens de que fala o citado sociólogo americano.

O problema do serviço público moderno é, sobretudo, um problema de dispor de grupos numerosos de profissionais competentes, para enfrentar com probabilidade de êxito as complexidades que o assediam.

Nem é por outro motivo que o Departamento Administrativo do Serviço Público lançou e vem intensificando empenhadamente a sua campanha cultural, que, desdobrada em viagens de estudo ao estrangeiro, cursos e conferências no Brasil, prêmios aos melhores trabalhos apresentados sobre temas administrativos, exposições anuais, excelente serviço de biblioteca, certamente está contribuindo para o enriquecimento da cultura técnica e especializada de que há tamanha e tão premente demanda no Serviço Civil Brasileiro.